

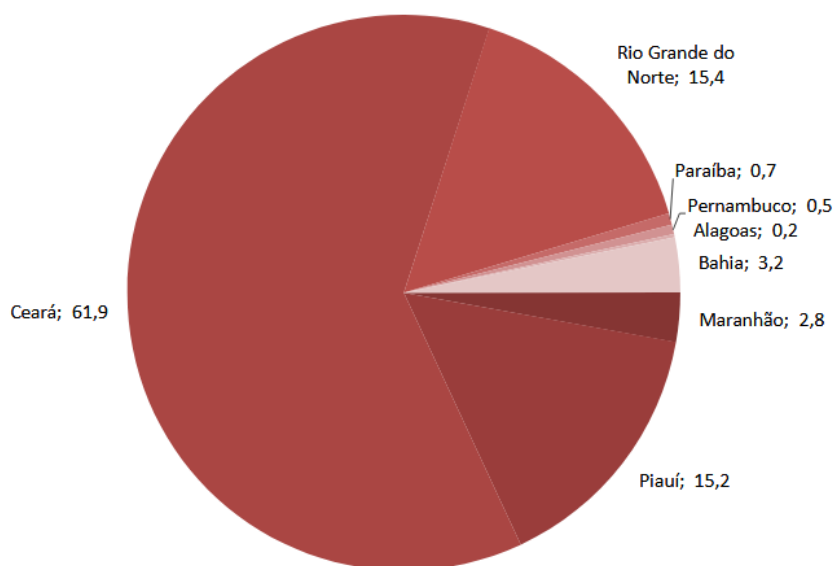
CAJUCULTURA NORDESTINA EM RECUPERAÇÃO

A cajucultura no Brasil está concentrada no Nordeste, e possui elevada importância socioeconômica para a Região, principalmente para o Semiárido, por gerar postos de trabalho e renda na época mais seca do ano. As agroindústrias beneficiadoras de castanha também são importantes geradoras de empregos diretos e indiretos.

O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) foi implantado comercialmente no Nordeste na década de 1970, por meio de programas governamentais, que também apoiaram o desenvolvimento da indústria de processamento da castanha de caju na Região. A cajucultura oferece diversos produtos que podem ser explorados comercialmente, dentre os quais podem ser citados: a madeira oriunda da poda, a castanha, o caju (pedúnculo), que pode ser aproveitado para produção de sucos, cajuína, ração animal entre outros produtos. O pedúnculo, ainda pode ser comercializado como fruto de mesa e o líquido da castanha de caju (LCC), que é resultado do processamento da castanha. O LCC é usado como base para revestimentos, isolantes elétricos, plastificantes para borracha, reveladores fotográficos, tintas, vernizes, esmaltes, abrasivos e antioxidantes. No entanto, o principal produto da cajucultura nordestina continua sendo a amêndoa de castanha de caju (ACC).

Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, a área ocupada com cajueiro no Brasil em 2017 foi calculada em 505,5 mil ha, desse total, 99,5% está localizado no Nordeste. Os principais produtores dessa região são o Ceará, que possui a maior área plantada com cajueiro no País (61,6% da área nacional e 61,9% da área nordestina), Rio Grande do Norte e Piauí (Figura 1).

Figura 1 - Participação percentual dos estados na área plantada com cajueiro no Nordeste em 2017



Fonte: IBGE (2018).

Até 2010, a área plantada com cajueiro no Nordeste se expandiu lenta e gradualmente. Com a seca e a ocorrência de pragas e doenças, a partir de 2012, houve elevado índice de mortalidade de cajueiros nos estados do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte, promovendo a redução de 238 mil ha. Porém, a redução da área total com cajueiro no Ceará não é muito maior porque parte do cajueiral perdido vem sendo substituído por novos plantios de cajueiro anão precoce. Na Tabela 1, pode-se observar que a área com cajueiro comum no Estado foi reduzida continuamente a partir de 2013 até 2018, totalizando quase 135 mil hectares a menos nesse período. Por outro lado, a área com cajueiro anão teve um incremento de 34 mil hectares, chegando a 101.107 hectares, em 2017.

Dessa forma, nota-se uma crescente participação do cajueiro anão sobre a área cultivada com cajueiro no Ceará. Em 2012, ocupava 17,6% da área total, em 2017 esse percentual subiu para 28,2%, chegando a 31,7%, em 2018. Em razão do incremento da área plantada e da maior produtividade, o cajueiro anão no Ceará já produz um volume de castanha equivalente ao do cajueiro comum (Tabela 1).

A substituição do cajueiral antigo é importante para a revitalização da cajucultura na Região Nordeste, no entanto, vale salientar, que o plantio de cajueiro anão precoce não assegura a melhoria no rendimento, pois grande parte dos produtores não possui recursos para adotar o pacote tecnológico (adubação, irrigação) exigido pelas variedades melhoradas.

Tabela 1 - Comparativo da produção, área colhida e produtividade de cajueiro comum e anão no estado do Ceará entre 2012 e 2018¹

Variável	Cajueiro	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Produção (t)	Comum	22.629	30.495	33.042	32.500	15.548	44.042	32.702
	Anão	15.945	22.478	19.276	19.618	15.420	39.954	32.650
	Total	38.574	52.973	52.318	52.118	30.968	83.996	65.352
Área (ha)	Comum	329.840	330.750	325.455	283.418	280.704	257.482	195.752
	Anão	70.445	74.417	71.217	91.008	95.350	101.107	90.687
	Total	400.285	405.167	396.672	374.426	376.054	358.589	286.439
Produtividade (kg/ha)	Comum	69	92	102	115	55	171	167
	Anão	226	302	271	216	162	395	360
	Média	96	131	132	139	82	234	228

Fonte: IBGE/LSPA (Série 2012 a 2018). Nota: (*) Dados preliminares de outubro/2018.

O Nordeste responde por quase toda a produção nacional da castanha de caju (98,8%). Em 2017, a Região produziu 132 mil toneladas. O Ceará é o maior produtor nacional com 60,8% da produção do País, tendo produzido 81 mil toneladas em 2017 (Tabela 2). A produção nordestina de castanha que já vinha estagnada sofreu uma drástica queda em 2012 devido a forte estiagem associada à ocorrência de pragas e doenças que provocaram redução de área e de produtividade.

¹ Embora da mesma fonte, os dados podem diferir um pouco nas tabelas 1 e 2, pois os dados do LSPA são estimados.

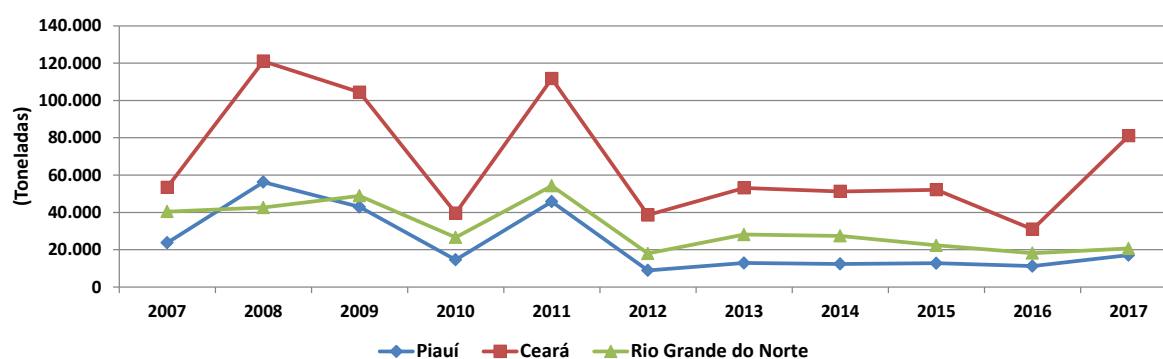
Em 2012, a produção de castanha de caju do Nordeste foi de 76.824 toneladas, volume 66,2% inferior a 2011. No Piauí o volume de produção de castanha de caju em 2012 foi 80,5% inferior a de 2011. Isso porque o Piauí foi o estado que sofreu maior redução de área e de produtividade nesse período. Em 2013, ocorreu crescimento moderado da produção. Porém, nos anos seguintes, permaneceram os baixos volumes de chuvas e intensificou-se a morte de plantas, resultando em contínua queda de produção até 2017. Nesse ano, houve um salto de 110,1% na produtividade nordestina, impulsionada principalmente pelo aumento da produtividade das plantas no Ceará (215,9%), como resultado do processo de substituição de copas em cajueiros gigantes e plantio de novas áreas com cajueiro anão (Tabela 2 e Figura 2).

Tabela 2 - Produção de castanha de caju no Brasil por Região e estados do Nordeste entre 2007 e 2017 em toneladas

Brasil/Região/UF	Ano										Var (b/a)	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (a)	2017 (b)	%
Norte	2.178	2.659	2.383	2.594	3.318	3.495	2.311	1.663	1.651	1.453	1.466	0,9
Nordeste	138.200	240.124	217.567	101.478	227.191	76.824	107.090	105.789	101.456	73.004	131.906	80,7
Maranhão	6.236	6.534	6.473	6.871	5.114	4.925	4.980	5.177	4.093	4.848	5.665	16,9
Piauí	23.744	56.223	42.963	14.591	45.773	8.923	12.863	12.347	12.751	11.189	17.100	52,8
Ceará	53.420	121.045	104.421	39.596	111.718	38.574	53.112	51.211	52.118	30.968	81.098	161,9
R G do Norte	40.408	42.593	48.918	26.601	54.252	18.003	28.109	27.405	22.337	18.169	20.670	13,8
Paraíba	2.901	3.238	3.152	2.231	1.897	818	1.025	991	960	897	893	-0,4
Pernambuco	4.919	5.633	5.827	5.564	6.293	3.401	2.067	2.745	3.164	2.906	2.411	-17,0
Alagoas	447	531	534	584	388	770	665	634	612	649	697	7,4
Bahia	6.125	4.327	5.279	5.440	1.756	1.410	4.269	5.279	5.421	3.378	3.372	-0,2
Centro-Oeste	297	470	555	270	276	311	278	261	256	96	93	-3,1
Brasil	140.675	243.253	220.505	104.342	230.785	80.630	109.679	107.713	103.363	74.553	133.465	79,0

Fonte: IBGE (2018).

Figura 2 – Evolução da produção de castanha de caju no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte entre 2007 e 2017 (Em toneladas)

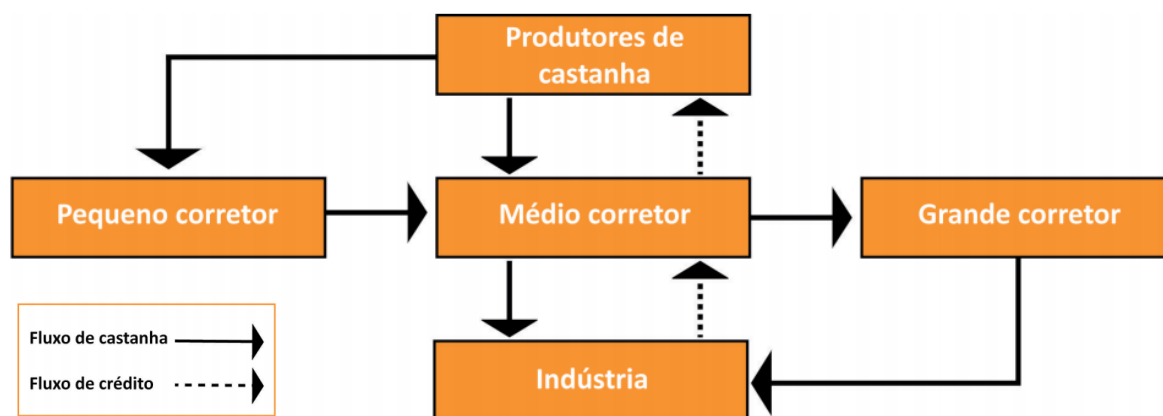


Fonte: IBGE (2018).

Os produtores de castanha de caju do Nordeste comercializam sua produção para corretores (intermediários). Existem pequenos, médios e grandes corretores atuando no mercado. Na Figura 3, observa-se, de forma simplificada, o fluxo de castanha e de crédito na cadeia. O pequeno produtor vende a produção para corretores locais, geralmente donos de pequenos comércios que, de posse de

um maior volume de castanha, repassam para os médios corretores, que também adquirem castanha de produtores de médio porte. O corretor de médio porte repassa a castanha ou para grandes corretores ou diretamente para a indústria. O maior fluxo de castanha que entra na indústria é oriundo de grandes corretores.

Figura 3 – Fluxo da castanha e de crédito



Fonte: Elaborado a partir de informações do BNB (2009).

As negociações são realizadas informalmente, sendo comum nessa cadeia o financiamento também informal. As indústrias adiantam recursos para os corretores para a compra do produto e os corretores financiam os produtores para a realização dos tratos culturais e colheita. Conforme dados de estudo conduzido pelo ETENE em 2009, o processamento de castanha no Nordeste é realizado por grandes empresas e por minifábricas. As empresas processadoras de castanha da Região estão concentradas no Ceará que absorve também grande parte da produção de castanha do Rio Grande do Norte e do Piauí. As dificuldades do setor têm levado à redução do número de empresas processadoras de castanha na Região.

Embora a seca ocorrida no Nordeste desde 2012 tenha contribuído a redução da produção, as exportações nordestinas de castanha de caju têm declinado desde 2010, antes do início da seca. Portanto, além das questões climáticas, existem fatores estruturais na cadeia que prejudicam a competitividade do setor no mercado externo. Entre 2010 e 2017, houve redução de 73,0% do volume de castanha exportada pelo Nordeste. Nesse período, o Brasil, mais especificamente o Nordeste, que responde por 99,7% das exportações brasileiras de castanha de caju, passou de terceiro maior exportador mundial de amêndoa de castanha de caju (ACC), posição que vinha mantendo até 2010, para quinto em 2016, depois de Vietnã, Índia, Países Baixos e Emirados Árabes Unidos.

Em 2016, as exportações de castanha do Nordeste voltaram a crescer depois de seis anos seguidos de queda. Nesse ano, foram mandadas para o mercado externo 15,6 mil toneladas de castanha de caju, incremento de 20,3% em relação a 2015. Porém, em 2017, houve nova retração das exportações do produto, a qual se confirmou em 2018.

O Ceará é o estado que exporta o maior volume de castanha de caju do Nordeste. Em 2017 foram 79,6% do volume e 80,4% do valor exportado pela Região. O Rio Grande do Norte respondeu por 20,1% do volume, equivalente a 2,3 mil toneladas; e o Piauí praticamente não exportou em 2017. Mesmo com toda a adversidade pela qual o setor tem passado nos últimos anos, a castanha de caju (ACC) continua sendo importante produto gerador de divisas na Região. Em 2017, a castanha foi responsável por 15,4% do valor das exportações do agronegócio do Ceará e por 9,0% do Rio Grande do Norte.

A Embrapa-Agroindústria Tropical, contando com o apoio financeiro do BNB, elaborou em 2000 um estudo aprofundado sobre a vocação dos vários municípios nordestinos para a atividade. Nesse estudo, muitos municípios tradicionalmente produtores e detentores de infraestrutura de comercialização e/ou beneficiamento da castanha de caju figuram como não-indicados (do ponto de vista edafoclimático) para a cajucultura. Outros, porém, figuram como preferenciais para a implantação da atividade, embora ainda não seja praticada. Esse choque entre as recomendações técnicas e a constatação empírica (representada pelos dados de produção) deve-se ao fato de que a atividade foi implantada nos anos 70, época em que o conhecimento científico sobre o cajueiro era incipiente e só veio a avançar em face da importância econômica que a cultura do caju alcançou no Nordeste, especialmente no Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. Por esse motivo, um estudo elaborado por Brainer e Evangelista (2006), do ETENE, agregou às recomendações do trabalho da Embrapa, o desempenho produtivo da atividade, classificando cada município do Nordeste e Norte de Minas Gerais, de acordo com esses critérios e construíram uma matriz com o objetivo de recomendar às unidades do Banco o tipo de apoio à atividade em cada município (Quadro 1).

Muito embora o referido estudo tenha recomendado o estímulo à implantação da atividade em outros estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais onde existem áreas de aptidão edafoclimática segundo o zoneamento realizado pela Embrapa, o financiamento do Banco do Nordeste à cajucultura nordestina ainda se encontra concentrado em Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. Além destes, ainda existem poucas operações de investimento para implantação de cajueiro bem como para processamento da castanha de caju nos demais estados do Nordeste.

Em 2017 e 2018, o maior volume de chuvas em relação aos anos anteriores resultou no crescimento da oferta de castanha de caju na Região. Embora o volume produzido ainda seja inferior ao de 2011, ano anterior à seca, essa pequena recuperação trouxe certo alívio ao produtor e à agroindústria. Porém, certamente ainda levará muito tempo para que os danos causados por sete anos de seca sejam revertidos, devido à grande extensão de cajueirais mortos. Além disso, os produtores estão descapitalizados.

Quadro 1 – Matriz de recomendações para o apoio do BNB à cajucultura, conforme o enquadramento dos municípios.

Desempenho Produtivo \ Aptidão Pedoclimática	Preferencial	Regular	Marginal Não Indica
	Alto	<p>Recomendação 1</p> <p>Apoiar o custeio e a implantação de novas áreas; Estimular a introdução de novas práticas (cultivo do cajueiro-anão precoce, substituição de copas, irrigação etc); Financiar minifábricas ou agroindústrias (implantação e capital de giro).</p>	
Médio	<p>Recomendação 3</p> <p>Apoiar o custeio; Estimular a implantação de novas áreas com a introdução de novas práticas (cultivo do cajueiro-anão precoce, substituição de copas, irrigação etc.); Financiar mini fábricas (implantação e capital de giro).</p>	<p>Recomendação 4</p> <p>Apoiar o custeio; Estimular a introdução de novas práticas(cultivo do cajueiro-anão precoce, substituição de copas, irrigação etc.) Financiar o capital de giro das mini fábricas, se houver.</p>	<p>Recomendação 5</p> <p>Apoiar o custeio; Financiar o capital de giro das mini fábricas, se houver.</p>
Baixo	<p>Recomendação 6</p> <p>Apoiar o custeio; Estimular a implantação de novas áreas, com a introdução de novas práticas (cultivo do cajueiro-anão precoce, substituição de copas, irrigação etc); Financiar minifábricas (implantação e capital de giro).</p>	<p>Recomendação 7</p> <p>Apoiar o custeio.</p>	-
Não produz	<p>Recomendação 8</p> <p>Estimular a implantação da atividade e seu custeio; Não financiar minifábricas ou agroindústrias.</p>	<p>Recomendação 9</p> <p>Não financiar nada.</p>	-

Fonte: Brainer e Evangelista (2006)

O apoio creditício para recuperação dos cajueirais afetados pela seca é de extrema importância tendo em vista a elevada relevância socioeconômica da atividade no semiárido para os pequenos produtores rurais, principalmente por ser uma das poucas alternativas de geração de renda no período seco do ano. O uso de tecnologias de baixo custo, como a substituição de copas nas áreas de sequeiro e o plantio do cajueiro anão precoce nos perímetros irrigados pode ser uma boa alternativa para recuperar a cultura e ao mesmo tempo revitalizar os perímetros irrigados.

PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O PIB do Agronegócio Brasileiro voltou a recuar em outubro, com baixa de 0,16% no mês. No acumulado de janeiro a outubro, o cenário seguiu negativo para a renda do setor, com queda de 0,62%. Esse desempenho da renda gerada no agronegócio em 2018 está ligado à elevação de custos de produção nos segmentos primários agrícola e pecuário e às quedas principalmente relacionadas à demanda verificadas em diversos segmentos e atividades do ramo pecuário.

No ramo agrícola, em outubro, houve crescimento para todos os segmentos. No acumulado do ano, de janeiro a outubro, apenas o segmento primário segue com leve queda. Apesar da recuperação dos preços agrícolas ao longo de 2018, a esperada elevação na produção e o incremento nos custos de produção, com destaque para os preços dos fertilizantes e do diesel, ainda mantém o segmento em baixa no ano.

No ramo pecuário, a demanda interna enfraquecida e o fechamento de importantes mercados externos destinos da carne – bovina, suína e de aves – do Brasil influenciaram os preços com maior intensidade ao longo do ano. Porém, a disputa comercial entre China e Estados Unidos, além do câmbio favorável à elevação da competitividade da proteína brasileira no mercado externo, surtiu efeitos favoráveis às exportações da carne brasileira desde setembro, notadamente com destinação a mercados asiáticos, o que resultou em certa sustentação de preços (no acumulado, porém, o resultado segue negativo). O segmento primário do ramo pecuário também sofreu impactos do incremento de custos de produção, com destaque para a elevação do preço do milho no período.

Sob a ótica de produção, as projeções para 2018 do PIB-volume do agronegócio, calculado pelo critério de preços constantes, seguem apontando crescimento, em todos os segmentos. Conforme se observa na Tabela 3, o PIB-volume do agronegócio deve crescer 2,21% em 2018, com altas de 5,31% para insumos, de 0,97% para o segmento primário, de 2,33% para a agroindústria e de 2,56% para os agrosserviços.

Tabela 3 - PIB Volume do Agronegócio Brasileiro, taxa anual (em %)

	PIB Volume do Agronegócio				
	Insumos	Primário	Indústria	Agrosserviços	Total
Agronegócio	5,31	0,97	2,33	2,56	2,21
Ramo Agrícola	7,51	-0,56	1,86	1,90	1,52
Ramo Pecuário	1,28	3,93	3,96	3,86	3,77

Fonte: Cepea\Usp e CNA

O segmento de insumos do agronegócio apresentou alta de 1,56% em outubro, acumulando expressivo crescimento de 9,39% de janeiro a outubro de 2018. Verificam-se desempenhos positivos tanto para os insumos agrícolas (altas de 1,95% em outubro e de 13,13% no acumulado do ano) como no ramo pecuário (crescimentos de 0,81% no mês e de 2,47% no acumulado de janeiro a outubro). Considerando-se dados e informações disponíveis até outubro/18, projetam-se altas em todas as atividades do segmento: de 25,76% no faturamento anual de 2018 das indústrias de fertilizantes, de 10,92% na de defensivos, de 5,03% no de máquinas agrícolas, 3,67% para rações e de 0,97% em medicamentos para animais.

A renda do segmento primário do agronegócio apresentou leve alta de 0,09% em outubro, com crescimento de 0,34% no ramo agrícola e redução de 0,41% no pecuário. No acumulado do ano, o resultado se mantém negativo, em 2,31% – com reduções de 0,16% no ramo agrícola e de 6,47% no pecuário. Para 2018, espera-se alta de 5,00% no faturamento médio das atividades do segmento primário agrícola. Com relação à produção, após o forte crescimento em 2017, para 2018, espera-se nova alta, embora mais modesta, de 1,54%, impulsionada pela expansão esperada na quantidade produzida de culturas importantes em termos de valor de produção, como algodão, café, trigo e soja. Quanto a preços, na comparação entre janeiro a outubro de 2018 com o mesmo período de 2017, houve elevação de 3,39% na média ponderada das atividades acompanhadas. No entanto, importante destacar que a projeção anual da renda do segmento segue pressionada pelo aumento dos preços de importantes insumos para a produção em 2018, como fertilizantes, sementes e óleo diesel.

Já no segmento primário da pecuária, a expectativa acerca do faturamento segue em baixa, por conta, especialmente, dos preços 3,75% menores na comparação de janeiro a outubro de 2018 com o mesmo período de 2017. Já na produção, espera-se elevação de 3,22% no ano. Assim como no segmento primário agrícola, o aumento de preços para insumos pecuários também tem influenciado negativamente a renda do segmento, com elevações importantes para diesel, eletricidade e grãos utilizados na alimentação animal, como o milho. Porém, as atividades pecuárias sofreram mais com efeitos relacionados à demanda enfraquecida por proteínas ao longo de 2018.

Entre as culturas do segmento primário agrícola acompanhadas pelo Cepea, projetam-se crescimentos dos faturamentos para algodão, batata, cacau, café, soja, tomate, trigo, madeira em tora, madeira para papel e celulose e lenha/carvão. Já as culturas para as quais as perspectivas são de queda no faturamento são arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, fumo, laranja, mandioca, milho e uva (Tabela 4).

Dentre as culturas para as quais se projeta redução do faturamento anual, destaca-se o feijão. Na comparação entre os dez primeiros meses de 2018 face ao mesmo período de 2017, houve queda de 28,4% nos preços do produto. Quanto ao milho, a redução no faturamento anual esperado é reflexo da queda de 17,4% na produção para o ano, já que os preços aumentaram significativamente na comparação entre períodos (+19,28). Já para a cana-de-açúcar, a redução esperada no faturamento anual é reflexo da queda dos preços, de 12,4% na comparação entre janeiro a outubro de 2018 frente ao mesmo período de 2017.

Tabela 4 – Agricultura: Variação (%) anual do volume, dos preços e do faturamento – 2018/2017 com informações até outubro/2018

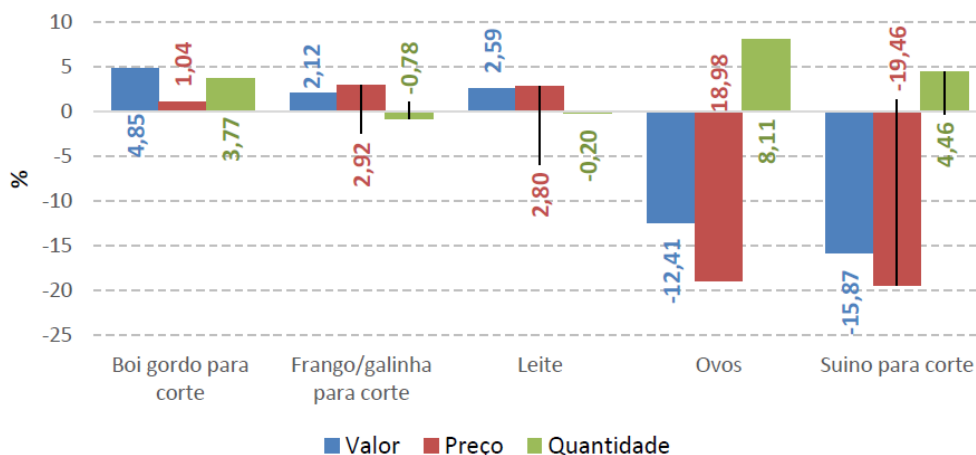
	Valor	Preço	Quantidade
Algodão	53,73	17,39	30,96
Arroz	-9,34	-7,36	-2,14
Banana	-19,70	-15,27	-5,22
Batata	7,99	17,91	-8,41
Cacau	53,46	29,78	18,25
Café	20,02	-9,90	33,21
Cana	-12,06	-12,37	0,36
Feijão	-34,35	-28,39	-8,33
Fumo	-8,17	0,66	-8,78
Laranja	-13,77	-5,95	-8,32
Mandioca	-15,51	-12,48	-3,46
Milho	-1,51	19,28	-17,43
Soja	21,38	16,08	4,56
Tomate	6,91	5,66	1,19
Trigo	71,17	33,39	28,32
Uva	-15,29	-1,93	-13,62
Madeira tora*	3,59	-2,46	6,20
Madeira p/ Celulose	8,25	-4,63	13,50
Lenha/carvão	10,70	-0,80	11,60

Fonte: Cepea/USP e CNA (elaborado a partir de dados do IBGE, Conab, IEA/SP, FGV, Cepea, Seagri/BA, Udop).

Para o segmento primário da pecuária, há expectativa de alta nos faturamentos para bovinocultura de corte, leite e frango e baixa para as demais atividades (Figura 4). Para a bovinocultura de corte, o aumento esperado do faturamento associa-se à elevação projetada para a produção (+3,77%) e ao crescimento dos preços na comparação entre janeiro a outubro de 2018 frente ao mesmo período de 2017 (+1,04%). Com relação a preços, a equipe Boi/Cepea destaca o efeito da elevada demanda externa pela carne brasileira no mercado de bovinos.

Já na atividade leiteira, o aumento projetado do faturamento anual é reflexo da alta nos preços, de 2,80% na comparação entre períodos, já que a expectativa de produção apresenta ligeira queda de 0,20% para o ano. Para a suinocultura, a queda esperada no faturamento reflete os menores preços (-19,46%), frente a alta esperada na produção em 4,46% para o ano. Segundo a equipe Suínos/Cepea, especificamente em outubro, os embarques de carne suína in natura alcançaram o segundo maior volume do ano, porém os preços seguiram em baixa (tendência observada no cenário internacional, devido à maior oferta mundial).

Figura 4 – Pecuária: Variação anual do volume, dos preços e do faturamento 2018/2017 com informações até outubro/2018



Fonte: Cepea/USP e CNA

No caso do mercado de aves, para corte, a projeção de aumento no faturamento decorre do aumento dos preços (+2,92%) na comparação entre períodos, uma vez que, apesar de singela, espera-se queda de 0,78% na produção para 2018. De acordo com a equipe Frango/Cepea, o principal fator altista dos preços é a menor oferta de animais para o abate, que pôde ser observada na maior parte das regiões acompanhadas pelo Cepea.

O segmento industrial registrou baixa de 0,26% em outubro. No acumulado do ano, no entanto, o cenário é de alta, com crescimento de 1,02% (Tabela 1). Entre os ramos, mantém-se o cenário em que a agroindústria de base agrícola acumula crescimento, de 4,45%, com estabilidade registrada em outubro, enquanto a de base pecuária segue em queda, de 11,12% no período e baixa de 1,27% no mês. No acompanhamento feito pelo Cepea para a evolução do PIB, as indústrias de base agrícola que apresentaram perspectivas de crescimento do faturamento foram: óleos vegetais, biocombustíveis, celulose e papel, bebidas, produtos de madeira, móveis de madeira e outros produtos alimentares. Por outro lado, as indústrias que registram perspectivas de redução foram açúcar, moagem e fabricação de produtos amiláceos, fumo, indústria do café, conservas de frutas/legumes/outros vegetais, vestuários e têxtil.

Com relação às indústrias pecuárias, os resultados são apresentados na Tabela 5. Esperam-se baixas no faturamento apenas para couro e calçados, enquanto laticínios e indústria de abate apresentam alta no ano. Na indústria do abate, projeta-se alta anual de 2,52% no faturamento, refletindo a elevação de 6,73% na produção, já que houve queda nos preços (-3,95%), na comparação de janeiro a outubro de 2018 frente a 2017. De acordo com a equipe Boi/Cepea, a maior oferta de animais de confinamento e também a menor demanda por parte de frigoríficos pressionaram os valores no período. Outro ponto destacado pela equipe foi a baixa demanda interna, devido à lenta recuperação econômica do Brasil. Por outro lado, a partir do segundo

semestre, houve maior demanda externa pela carne brasileira – o volume embarcado em setembro foi recorde e o de outubro foi elevado –, limitando o movimento de queda nos preços.

Tabela 5. Variação anual (%) do volume, preços reais e faturamento 2018/2017 das indústrias pecuárias

	Couro e calçados	Abate e preparação carnes e pescado	Laticínios
Valor	-8,37	2,52	1,51
Preço	-4,10	-3,95	0,61
Quantidade	-4,55	6,73	0,90

Fonte: Cepea/USP e CNA

Para a indústria de produtos lácteos, o faturamento positivo está atrelado a ligeiros aumentos na expectativa de produção, de 0,90% para 2018, e de preços, de 0,61% na comparação entre períodos de janeiro a outubro de 2018 e 2017. Segundo a equipe Leite/Cepea, o setor lácteo sofreu durante o ano, por conta de diversas limitações de demanda, forçando reduções de preços de alguns produtos, como o leite UHT, para assegurar a liquidez no mercado. Porém, a equipe destaca que houve uma recuperação da demanda por queijo muçarela, o que incentivou as indústrias a elevarem o processamento do derivado entre setembro e outubro.

Quanto à indústria de couro e calçados, projeta-se redução anual de 4,55% na produção, que, aliada à queda nos preços de 4,10% na comparação entre períodos, pressiona o faturamento esperado anual. Segundo informações da Abicalçados, a baixa produção nacional foi fortemente motivada pela queda da demanda interna (que absorve 85% da produção) e externa.

Na Tabela 6 é apresentada a evolução do PIB do Agronegócio brasileiro, de 1996 a maio de 2018, calculado pelo Cepea/USP e CNA. O agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica ou primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o ramo agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio.

Tabela 6 - PIB do Agronegócio Brasileiro, 1996 a 2018* em R\$ Milhões de 2018

Agronegócio					
Ano	(A) Insumos	(B) Agropecuária	(C) Indústria	(D) Serviços	Agronegócio Total (A+B+C+D)
1996	6.177	39.141	100.633	126.395	272.346
1997	6.913	42.102	101.700	127.356	278.073
1998	7.031	44.410	100.758	127.310	279.508
1999	8.302	49.395	108.169	136.791	302.657
2000	10.254	52.724	125.262	157.841	346.082
2001	11.596	65.567	132.790	172.003	381.957
2002	16.202	85.337	147.029	191.186	439.754
2003	23.033	113.255	166.831	219.969	523.088
2004	27.848	111.728	174.991	221.001	535.568
2005	23.351	97.191	182.813	222.087	525.442
2006	21.715	116.706	190.509	231.547	560.478
2007	27.609	132.320	200.897	257.227	618.054
2008	37.569	158.175	221.444	292.986	710.174
2009	32.908	143.669	235.750	305.003	717.330
2010	36.185	189.627	262.985	352.227	841.025
2011	42.259	235.961	271.945	370.099	920.264
2012	46.960	226.763	284.606	376.249	934.578
2013	52.310	253.471	305.060	411.187	1.022.027
2014	54.728	271.689	326.847	448.110	1.101.374
2015	57.528	293.230	365.235	515.425	1.231.419
2016	63.023	357.416	412.639	595.802	1.428.880
2017	61.724	357.896	410.440	588.717	1.418.778
2018*	64.278	325.922	418.727	571.045	1.379.972

Fonte: CEPEA\CNA

(*) estimativa (maio/18)

Bibliografia

BRAINER, Maria S. C. P. e VIDAL, Maria F. **Cajucultura nordestina em recuperação**. Caderno Setorial ETENE. Ano 3, Nº 54, Novembro, 2018. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4141162/54_caju.pdf/95e65093-50e1-b48d-ab01-15f3a8f690b4. Acesso em: dezembro de 2018.

BRAINER, M. S. de C. P.; EVANGELISTA, F. R. **Proposta de Zoneamento para a Cajucultura**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 178 p. (Série Documentos do ETENE, n. 10). Versão digital disponível em:

https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livroDetalhe.aspx?cd_livro=1

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro** - <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: dezembro de 2018.

DICAS PARA SUSTENTABILIDADE NA AGROPECUÁRIA

O Sistema de Plantio Direto

O sistema de plantio direto*, também conhecido como plantio direto na palha, consiste na semeadura de culturas sem preparo do solo e com a presença de cobertura morta ou palha, constituída dos restos vegetais originados de cultura anterior conduzida especificamente para produzir palha e às vezes, também, para grãos. Inserido no contexto brasileiro na década de 70, trata-se de uma forma de manejo conservacionista que envolve todas as técnicas recomendadas para aumentar a produtividade de culturas como soja, milho, feijão ou trigo, conservando ou melhorando continuamente o ambiente. Fundamenta-se na ausência de revolvimento do solo, em sua cobertura permanente e na rotação de culturas. Pressupõe, também, uma mudança na forma de pensar a atividade agropecuária a partir de um contexto socioeconômico com preocupações ambientais. A adoção do sistema de plantio direto em geral envolve a utilização de implementos agrícolas especialmente adaptados, com pneus apropriados e discos de corte para palha, e equipamentos desenvolvidos especialmente para a técnica, como o rolo faca ou o triturador. São vantagens do Plantio direto: recuperação e melhoria contínua da estrutura do solo, redução da erosão e perda da camada superficial mais fértil do solo, diminuição no consumo de água de irrigação e maior disponibilidade de água para as culturas no período seco, redução no uso de máquinas e equipamentos, com diminuição no consumo de óleo diesel que pode chegar a mais de 70% quando comparado com o sistema convencional, entre outras. O sistema de plantio direto é uma das técnicas da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e pode ser financiado, no Banco do Nordeste, por meio do Programa [FNE Verde](#). Venha conferir!

(*) Segundo publicação da Embrapa: [Sistema Plantio Direto - 500 Perguntas, 500 Respostas - O produtor pergunta, a Embrapa responde](#).

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Gestão de Informações Econômicas: Bruno Gabai (Gerente Executivo), José Wandemberg Rodrigues Almeida. AMBIENTE DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO | Gerente de Ambiente: José Rubens Dutra Mota. Célula de Meio Ambiente, Inovação e Responsabilidade Socioambiental: Kleber de Oliveira (Gerente Executivo), Mário Eduardo Fraga da Silva, Marta Maria Aguiar Sisnando Silva Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiários: Antônio Kassyo Monteiro Costa, Dalylly Soares de Azevedo. Jovem Aprendiz: Sarah Lucena Barros.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.